REVISTA interagir pensando a extensão

Uma professora universitária autista nas engenharias com diagnóstico na fase adulta como berço de projeto de extensão sobre neurodiversidade

Experience report: An autistic university professor in engineering diagnosed in adulthood as the cradle of an extension project on neurodiversity

Carin von Mühlen
Professora associada da Universidade do Estado do Rio de Janeiro na Faculdade de Tecnologia em Resende - RJ. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Tecnologia. Resende, RJ, Brasil.
Email: carin@fat.uerj.br

Resumo

Apesar do diagnóstico de autismo ter crescido nos últimos anos, sua prevalência nas instituições de ensino superior ainda é desconhecida ou sub-representada. No ambiente acadêmico, a neurodiversidade começa a ser discutida nas instâncias da educação, mas a existência de professores com TEA ainda é tratada como tabu entre profissionais da educação superior. Nas áreas de ciências exatas e engenharias não são encontrados estudos ou relatos de professores autistas brasileiros e suas vivências nesses ambientes. O presente relato em primeira pessoa traz uma reflexão sobre a trajetória de uma professora universitária de cursos de engenharia que recebeu diagnóstico de autismo na idade adulta. Esse relato apresenta a trajetória da profissional desde o processo de diagnóstico, a divulgação ao ambiente acadêmico e seus impactos, apresentando os caminhos que levaram a criação de um projeto de extensão focado na neurodiversidade e o processo de inclusão no ambiente universitário.
Palavras-chaves: Autismo na idade adulta; professora autista; neurodiversidade..

Abstract

Although the diagnosis of autism has increased in recent years, its prevalence in higher education institutions is still unknown or underrepresented. In the academic environment, neurodiversity is beginning to be discussed in educational bodies, but the existence of professors with ASD is still treated as taboo among higher education professionals. In the areas of exact sciences and engineering, no studies or reports of Brazilian autistic professors and their experiences in these environments are found. This first-person account reflects on the trajectory of a university professor of engineering courses who was diagnosed with autism in adulthood. This report presents the professional's trajectory from the diagnosis process, dissemination to the academic environment, and its impacts. It presents the paths to creating an extension project focused on neurodiversity and the inclusion process in the university environment.

Keywords: Autism in adulthood; autistic professor; university neurodiversity.

Artigo recebido em: 02 de abril de 2024
Aprovado em: 09 de julho de 2024. No. 37, P 79-90, DOI: 10.12957//interag202482846

Relato de Experiência

Não é fácil ser protagonista de uma nova história depois de uma determinada fase da vida. Ainda mais quando se descobre ser uma pessoa diferente em um universo científico imenso e já estabelecido. Tenho 46 anos e sinto que estou no ambiente acadêmico desde sempre. Vou trazer um pouco do meu contexto histórico e acadêmico para situar a geração em que vivo. Eu nasci e fui criada no Rio Grande do Sul, onde permaneci até o curso superior. No ensino médio, na década de 90, fiz curso técnico em química em uma grande escola da região metropolitana de Porto Alegre e desenvolvi projetos científicos que foram apresentados em feiras de ciências internacionais e mundiais. Naquela época, o contexto social dentro do meio escolar e acadêmico eram diferentes de hoje. O ensino seguia padrões mais rígidos do que os adotados hoje, onde as características de cada indivíduo não eram consideradas relevantes ao processo. Ninguém poderia ser diferente sem pagar um alto preço por isso. As pessoas que não apresentassem um comportamento considerado adequado perante a sociedade eram segregados e muitas vezes, internados em manicômios. A lei antimanicomial 10. 216 só foi sancionada em 2001. A sociedade como um todos buscava repetir os padrões, se vestir conforme a moda e quem fugisse a essa realidade geralmente era excluído. Todos e especialmente todas, deveriam ser iguais. Deveriam se comportar de uma forma padrão e sempre ter o cuidado de falar as palavras certas na hora certa. As regras do jogo eram relativamente claras.

Nessa época, ou você era um bom aluno, um aluno mediano ou um mal aluno. Você podia ser extrovertido ou tímido, ser popular, ter um grupinho de amigos, ou ficar sozinho. E para não ficar sozinho, você poderia tentar se encaixar e ir mudando de grupinho a cada certo tempo. Quando você percebesse que todos aprofundavam as relações de amizade, menos você, já era hora de partir para o próximo grupo e fingir estar buscando novas amizades. Outra estratégia era trocar de turma de um ano para outro. Também era importante seguir o

padrão de vestimenta, de vocabulário e de comportamento. Ao menos de um determinado grupo em que estivesse no momento. Esse comportamento social foi padrão por décadas, com algumas variações temporais e regionais, e acredito ser parte da formação de grande parte dos professores universitários atuantes hoje.

Na escola e no tempo de faculdade, havia um ou outro colega que era rotulado de louco e afastado por todos. Não haviam trabalhos psicopedagógicos ou qualquer atividade de inclusão. A inclusão, naquela época, era deixá-los estudar em escolas regulares e evitar a agressão dos colegas. Não se falava em bullying. Ou você era normal, ou era um deles. Nesse contexto, eu imaginava que todas as pessoas se esforçavam para parecerem normais e serem aceitas como tal. E que esse era o jogo para todos. Não se falava sobre isso.

30 anos depois, o mundo mudou muito na sua forma de lidar com as diferenças. O coletivo deu lugar ao respeito à individualidade, e a inclusão racial e de gênero passaram a ser uma realidade e não mais um tabu. Leis de inclusão de portadores de deficiência no ensino regular foram sancionadas. As políticas públicas buscaram aumentar a equidade e os coletivos tornam-se cada vez mais empoderados e fortes para lutar contra os resquícios de uma sociedade que ainda discriminava qualquer hipótese de ser diferente.

No meio científico esse movimento não foi diferente. A participação das mulheres na ciência cresceu cerca de 30 % nos últimos 20 anos, apesar de ainda existirem grandes desafios para a equidade entre as carreiras. Vemos espectros de gênero e cores dentro da Universidade convivendo em harmonia como nunca se vira antes. Políticas estudantis consistentes para auxílio a estudantes de baixa renda e inclusão racial. Também vemos a melhoria das estruturas físicas buscando a inclusão de cadeirantes, projetos focados na acessibilidade de estudantes[1], ainda que falte muito para que essa inclusão seja de fato transversal. Vemos se multiplicarem os cursos de pós-graduação focados e libras, tecnologias assistivas e educação inclusiva nas escolas.

Mas a neurodiversidade? Encontra algum eco nas esferas acadêmicas? Essa pauta, até bem pouco tempo atrás, não era relevante para mim no ambiente acadêmico em que estava inserida. Mesmo sendo mãe de uma criança autista há mais de 10 anos, com diagnóstico iniciado aos 2 anos de idade. A neurodiversidade nunca esteve presente em toda

minha história acadêmica como aluna e como professora. Não lembro de ter um colega ou aluno que fosse portador de alguma necessidade especial. Esse tema não era abordado em palestras ou eventos, muito menos em formações pedagógicas. Pauta acadêmica era produtividade científica e desempenho dos estudantes, além dos recursos financeiros para o desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão. A vida pessoal era mantida fora da Universidade, inclusive para pais de crianças neurodivergentes. A inclusão existente era auxílio financeiro oferecido para pais de PCD pela Universidade, que ficavam restritos ao setor de recursos humanos. Essa pauta, para mim, era do portão da universidade para fora, na busca de terapias para meu filho, novas soluções para as crises, ou engolir o choro minutos antes de uma aula, após ter levado socos e pontapés tentando conter meu filho em crise para que ele não se machucasse.

A pauta de saúde mental começou a entrar nas conversas entre os professores na universidade que trabalho em função das crises de ansiedade dos alunos e novos diagnósticos de questões mentais que passaram a estar presentes. Para falar sobre isso, vou contextualizar um pouco meu entorno acadêmico. Sou professora universitária em uma universidade pública há 9 anos, em um campus regional que fica há 3h do campus principal. Nesse campus existem, no momento, apenas 3 cursos de graduação nas áreas das engenharias. Não há, até o momento, nenhum profissional da área de saúde ou pedagogia lotado nesse campus, apenas professores das áreas de exatas e engenharias. Quando surge uma questão relacionada à saúde mental dos estudantes, ou mesmo física, ficamos sem qualquer suporte.

Aprendi desde cedo a separar a vida pessoal da profissional no ambiente acadêmico. Até porque, a parte profissional para mim era mais fácil e previsível, ainda mais na área de química. Por isso, quando meu filho teve uma hipótese diagnóstica de autismo, busquei conciliar o vai e vem de terapias com a vida profissional de forma independente. Percebo que isso só foi possível pelo apoio incondicional de meu marido junto aos nossos outros 3 filhos, o que não é a realidade da maioria das mães de autistas. Mesmo assim, sentia o peso da sobrecarga. O cansaço constante de viver como se fosse uma vida dupla.

Depois de ter removido um câncer de tireoide durante a pandemia e ter tido burnout e depressão em dois anos seguidos, caiu em minhas mãos um livro sobre autismo em mulheres[2], que trazia o depoimento de mulheres maduras sobre seus processos diagnósticos e enfrentamento na vida. Aquele livro me caiu como uma luva. Fui me dando conta de que várias coisas que eu fazia e escondia de mim mesma eram estereotipias. Fui percebendo os motivos dos meus momentos de crise, que na verdade eram sobrecargas sensoriais. Depois disso, busquei o mais rapidamente possível por uma avaliação que me desse respostas concretas. Não foi um processo fácil, nem rápido. No início de 2023 recebi o meu diagnóstico de autismo. Nesse processo, busquei uma análise interna de reavaliação de toda minha vida. O lado positivo foi ter recebido o diagnóstico nas férias e ter bastante tempo para processar a informação, mesmo com os 4 filhos também de férias. O peso da culpa por não saber lidar de forma "adequada" com diferentes situações foi se dissipando. Quando você passa uma vida tentando se encaixar e descobre que és uma peça de outro jogo, isso muda completamente sua forma de ser. Eu imediatamente parei de forçar um encaixe a qualquer custo. Até porque, o preço que eu pagava por isso era muito alto. Mas agora eu sabia o motivo de ser diferente.

Esse processo de autoconhecimento também passou por diversos questionamentos sobre falar ou não para as pessoas. Eu poderia escolher manter o diagnóstico em sigilo, como muitas pessoas fazem, para me autodescobrir, ou divulgá-lo. Pensei muito a respeito. A divulgação para a família foi mais fácil, pois estamos vivendo distantes do entorno familiar e a família próxima já convivia com o diagnóstico do filho. Caso não tivesse a validação familiar, revelar o diagnóstico poderia ajudar a outras pessoas da família. Já no ambiente de trabalho, o medo do preconceito, da desvalidação e da falta de suporte era mais palpável. Não teria caminho de volta. Nesse momento pensei nos alunos que poderiam ser beneficiados por entrar em uma universidade inclusiva. Pensei em como teria sido minha vida se eu tivesse tido contato com essa informação no tempo de faculdade e se eu tivesse um professor ou professora autista. Pensei na situação de vulnerabilidade social de muitos alunos que ingressam na universidade e acabam desistindo por não encontrar apoio ou suporte para seguir em frente. Nesse momento, concluí que se eu não me encontrasse em uma situação

suficientemente forte para iniciar esse processo no campus, sendo uma mulher madura, mãe de autista e com estabilidade no trabalho, quem estaria?

Então optei por me abrir e iniciei esse processo informando a minha chefia. Criei coragem, escolhi um momento em que a chefia estaria sozinha em sua sala, fui até lá e falei: - Gostaria de informar ao departamento que eu recebi o diagnóstico de autismo. Eu sou autista. Naquele momento, ele(a) não sabia o que dizer. Ele(a) então olhou para os lados para ver se não tinha ninguém e me falou: - Isso é coisa sua, não precisa contar para ninguém. Fique tranquila. Mas eu respondi: - Eu gostaria de informar na reunião do departamento. Ele(a) perguntou se eu achava isso necessário e que iria se informar sobre qual era o procedimento nesses casos. Eu agradeci e sai da sala. Imediatamente eu me tranquei em um banheiro e fiquei ali, chorando por algum tempo. Sem ainda me perdoar por estar chorando nessa situação. Me senti invalidada sim, mas logo pensei que essa pessoa teve a mesma formação que eu e não falou nada que fosse inadequado para uma chefia. Não fomos preparados para isso em nossas carreiras. Nosso foco formativo foi puramente científico e, no máximo, pedagógico sem o contexto da diversidade. Não a julguei pela sua posição, mas me julguei muito pela minha falta de estrutura em lidar com a situação. Me julguei por não conseguir ficar tranquila e firme em uma situação tão simples em que não fui maltratada. Me senti imatura e incapaz. Na hora até pensei se não seria melhor ficar quieta mesmo. Mas o autismo borbulhava na minha cabeça o tempo inteiro. Eu não conseguia mais esconder quem eu era. Não conseguia mais fingir. Aos poucos fui liberando meus *ticks* e contando em particular para cada um dos meus colegas. As reações foram diversas. Uns falavam que todo mundo estava recebendo esse diagnóstico hoje em dia, outro disse que ele também se sentia um pouco autista. Uns mudavam de assunto e outra pessoa falou que também não gostava de muita gente. Apenas um colega mencionou que deveria ser libertador para mim ter descoberto e estar falando isso. E eu respondi que sim. Mas consegui observar nos colegas o que já era esperado, pela minha própria experiência acadêmica. A maioria dos colegas não tem informações sobre o autismo, muito menos sobre toda a evolução apresentada nos últimos anos quanto à compreensão do autismo, o diagnóstico e a evolução da legislação e estratégias de inclusão. A maioria seguiu os padrões tão comentados nas bolhas de redes sociais de autistas sobre a reação das pessoas. Ninguém me perguntou como eu me sentia.

Ninguém me perguntou se eu precisava de alguma adaptação. Mesmo assim mencionei formalmente na reunião do Departamento. Senti um desconforto no ar quando mencionei que era autista e uma rápida mudança de assunto. Esse comportamento evidenciou a existência de um tabu bastante antigo e enraizado nesse ambiente.

Nesse momento eu não sabia exatamente o que estava buscando. Estava acostumada a perceber as adaptações necessárias para meus filhos, mas não para mim. Inclusive a minha disfunção executiva já havia trazido consequências bastante extremas. Como fazer um mês de academia e três meses de fisioterapia depois para corrigir os danos. Ou ir em uma saída de campo com barco dias depois de ter quebrado a bacia, sem saber. Como, nesse contexto, eu poderia perceber as minhas necessidades de adaptação?

Busquei na literatura e páginas de internet a experiência de outros professores universitários, estatísticas, vivências. Para minha surpresa, não foram encontrados estudos, relatos ou vídeos com esse foco. Não encontrei, na época, nenhum trabalho que pudesse ajudar a me situar. Os trabalhos publicados eram sobre alunos autistas e processos pedagógicos e de inclusão de alunos[3]. Muitos desses alunos, já com diagnóstico e terapias desde a infância, que aprenderam a reconhecer exatamente quais são as suas necessidades. Como cada autista é único, não é possível estender as necessidades de um aluno autista aos demais.

Fui então tentando descobrir, quais eram as atividades ou situações que mais me causavam desgaste, mal-estar, desregulação e cansaço. Iniciei por buscar reduzir o excesso de projetos diferentes em que estava inserida. Eu sentia uma sobrecarga de demandas muito grande, justamente por não saber dizer não, buscando me adaptar a tudo e a todos. Percebi que os projetos que envolviam muitas pessoas, especialmente com pessoas que não assumiam as responsabilidades da forma que eu imaginava que deveriam, acabavam por me sobrecarregar, especialmente com situações inesperadas de última hora. Participar de alguns eventos era tranquilo para outros professores, mas era um peso muito grande para mim. Geralmente, após um evento de sábado pela manhã na comunidade, eu precisava ficar quieta o final de semana inteiro para me recuperar parcialmente para a próxima segunda-feira. Por isso optei por sair de um projeto que eu amava, mas que estava me trazendo sofrimento.

Estava na hora de começar a me cuidar e buscar qualidade de vida. Apesar de ter vencido essa etapa de abertura, entrei em um lugar novo.

Em julho de 2023 participei de um congresso de geoquímica, onde tinham mais de 1000 participantes. Nesse evento foi apresentado um questionário sobre possíveis necessidades de inclusão dos participantes, organizado pelo coletivo Geomamas, o que achei excelente. O congresso inclusive teve uma seção exclusiva para essa questão. Os resultados desse estudo foram apresentados na forma de pôster e oralmente na seção final do evento[4]. Na seção de pôster pude conversar com uma das autoras, a quem eu queria pessoalmente dar os parabéns pela iniciativa. Então ela fez a apresentação dos resultados da pesquisa, mostrando os gráficos relacionados as questões de sexualidade, gênero, número de mulheres, mães com crianças, mas nenhum gráfico sobre neurodiversidade. Eu perguntei a ela o porquê da ausência dessa informação que estava no questionário. Ela respondeu que apenas uma pessoa havia se declarado neurodivergente. Aquela resposta foi um baque para mim, pois sabia que era eu. Quando o trabalho foi apresentado na grande plenária, eu consegui fazer uma pergunta, mas não tive forças para me declarar publicamente como autista, sabendo que eu era a única em um universo de mais de mil pessoas. E o tema simplesmente não foi abordado, nem mesmo nessa seção de inclusão. Percebi o quanto falta para termos consciência. O quanto falta para termos espaços reconhecidos. Eu sabia que não era a única, ainda mais conhecendo as estimativas recentes de uma pessoa autista em cada 30 pessoas no mundo[5]. Mas percebi que estava dentro do mesmo ambiente acadêmico de 30 anos atrás. Onde não se fala sobre o assunto e todos fingem ser “normais”.

Nesse momento me veio um turbilhão de ideias e maneiras diferentes de mudar essa realidade. Quando voltei à minha Universidade fiz um questionário para levantar dados sobre a prevalência de neurodiversidade em servidores e alunos do nosso Campus e seus dependentes. Apesar de divulgar esse questionário em todas as redes sociais e grupos de WhatsApp, a adesão foi de menos de 10% da comunidade. E mesmo assim, eu continuei sendo a única pessoa assumidamente neurodivergente, agora em um Campus inteiro, repetindo o mesmo padrão observado no congresso de geociências. Solicitei então à direção, uma vaga de estacionamento para autistas, com base na lei Lei nº 8.756, de 17 de março de

2020 do Estado do Rio de Janeiro.[6] A solicitação foi prontamente atendida pela direção do Campus, que pintou uma vaga de estacionamento exclusiva para autistas próxima ao prédio principal.

Minha primeira iniciativa foi fazer uma palestra sobre a neurodiversidade nas engenharias, dentro da semana de engenharia química. Esse congresso também apresentou uma palestra sobre saúde mental, iniciando, nesse campus, a abertura ao tema. Isso foi um grande desafio. Enorme na verdade. Busquei reunir o máximo de evidências científicas e bons artigos sobre o tema de uma forma positiva. Mas ainda não me sentia segura para falar com propriedade sobre isso. Seria minha primeira palestra. Para me sentir mais segura primeiro dei uma palestra sobre meu tema de pesquisa. Meu lugar seguro de anos de prática. Então perguntei à plateia se notaram a diferença entre a minha palestra e a de outros professores. Se alguém havia notado que eu era diferente. Todos sinalizaram que não. Então, pela primeira vez em público, me apresentei como autista. Expliquei que meu diagnóstico era recente e que tinha um filho autista. Então iniciei a palestra apresentando o que era neurodiversidade. Foi realmente um grande desafio falar de minhas experiências pessoais. Tanto que, pela primeira vez, passei um pouco o tempo de fala, coisa que nunca ocorreu em todos os anos na academia. Sempre tive muito cuidado com horários e atrasos me faziam muito mal. Qual foi a reação da plateia? Me pareceu que alguns colegas na plateia foram acolhedores e receptivos, outros transmitiram uma imagem de pena. Outros ficaram pensativos. Outros ignoraram completamente. Mas não se tocou mais no assunto na Universidade após esse evento.

Para preparar essa palestra eu criei um grupo no Google sala de aula onde inseri vídeos e materiais que poderiam ajudar as pessoas a terem o primeiro contato com o tema de uma forma simples e rápida. Buscar a informação para a inclusão. Selecionei os melhores e mais diretos vídeos que encontrei para adultos sobre autismo, TDAH, Tourette, entre outras. Realmente foi o hiperfoco das minhas férias. Compartilhei o link desse material na palestra e no grupo de professores. Quantos acessaram? 3 ou 4 pessoas.

Surgiu então a oportunidade de fazer parte da comissão de acessibilidade da Universidade e de criar um projeto de extensão sobre o tema. Minha ideia era conhecer

profissionais atuantes da área e trazer palestras para o Campus. Precisava de apoio para me fortalecer nesse ambiente. Então criei o projeto NeuroTEC. Foi aprovado com excelência pela comissão de avaliação de projetos de Extensão. Após a aprovação, fiz um pedido para inserir na programação da recepção dos calouros a Unidade uma apresentação sobre o projeto.

Nesse dia fui com o cordão com girassóis em um lado e quebra-cabeças do outro e perguntei aos presentes se o conheciam. Uma parte dos calouros conheciam o cordão e falaram sobre deficiências ocultas e autismo. Apresentei a eles a nova lei sobre o uso do cordão de girassóis[7] e alguns dados sobre a neurodiversidade nas engenharias. A receptividade dos calouros ao tema se mostrou maior do que da comunidade acadêmica já estabelecida, mostrando que talvez as mudanças do mundo fora da academia já estejam entrando pela porta da frente.

No momento, o projeto de extensão NeuroTEC está é o único projeto de extensão dessa natureza nesse campus externo. Posso estar nessa luta sozinha nesse momento, como a cadeirante que constrói sua própria rampa de acesso, mas tenho certeza de que outras forças se unirão ao longo do tempo, ou ao menos, outras pessoas serão acolhidas com informação. Estou fazendo um curso de pós-graduação em inclusão, buscando aumentar minha qualificação nessa área. Considerando a estimativa de que cerca de 20% de estudantes de curso superior sejam neurodivergentes [8,9], acredito que precisamos multiplicar nossas vozes e abrir a Universidade para um novo tempo com políticas institucionais inclusivas.

Conclusão

Esse relato apresentou a vivência de uma professora de ensino superior nas áreas das engenharias desde o processo de diagnóstico de autismo, passando pela divulgação do diagnóstico no ambiente acadêmico até a criação de um projeto de extensão focado na neurodiversidade. O relato apresentou que apesar da inclusão da neurodiversidade ter avançado no mundo, o ambiente acadêmico nas áreas exatas segue padrões de comportamento de 30 anos atrás. Considerando que as novas gerações de alunos já

vivenciam uma trajetória de inclusão no ambiente escolar, torna-se necessário e urgente avançar na divulgação do espaço da neurodiversidade no meio acadêmico, não podendo ser marcado por lutas isoladas mas sim por políticas institucionais.

Referências

1. UERJ. Projeto Rompendo Barreiras. **2023.** Disponível em: <https://www.uerj.br/noticia/programa-rompendo-barreiras-busca-igualdade-e-inclusao-para-estudantes-da-uerj-com-deficiencia/>. Acesso em: 10 de março de 2024.
2. MENDONÇA, Sophia; SILVA, Selma Sueli. **Autismo no feminino: a voz da mulher autista.** 1. Ed. Belo Horizonte: Mundo Asperger, 2022. 224 p.
3. ARMENARA, Valdirene Aparecida; STRINGHINI, Denise; KUNKEL, Maria Elizete. **Transtorno do Espectro Autista (TEA): Manual para o professor de ensino superior.** São Paulo: Dialética, 2023. 196 p.
4. BARCELLOS, J. S. G.; OLIVEIRA, T. G.; BATISTA, L. A.; NEVES, M. F.; REIS, D. E. S.; GOMES, M. E. B; COSTA, A. F. O. Census of geosciences and the qualitative and quantitative analysis of professional inequalities. In: XVI LATIN AMERICAN CONGRESS ON ORGANIC GEOCHEMISTRY. **Annals.** Aracajú: ALAGO, 2023. p. 311-312.
5. LI, Quian; LI,Yanmei; LIU, Buyun; CHEN, Qingsong; XING, Xiaohui; XU, Guifeng; YANG, Wenhan. Prevalence of Autism Spectrum Disorder Among Children and Adolescents in the United States From 2019 to 2020. **JAMA Pediatrics**, v. 176, n. 9, p. 943–945, jul. 2022.
6. RIO DE JANEIRO. Lei nº 8.756, de 17 de março de 2020. Dispõe sobre a obrigatoriedade de inserção do símbolo mundial de conscientização do Transtorno do Espectro Autista (TAE) nas placas indicativas de vagas de estacionamento preferenciais. Publicado no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro em 18 de março de 2020. Disponível em: LegisWeb. Acesso em: 10 de março de 2024.

7. BRASIL. Lei nº 14.624, de 17 de julho de 2023. Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para instituir o uso do cordão de fita com desenhos de girassóis para a identificação de pessoas com deficiências ocultas. Disponível em: Planalto.gov.br. Acesso em: 10 de março de 2024.

8. ALSTETE, Jeffrey W.; MEYER, John P.; BEUTELL, Nicholas J. Empowering neurodivergent students in management education with gradual release of responsibility. **The International Journal of Management Education**, v. 22, n. 1, p. 100941, 2024.

9. NCES, Table 311.10. Number and percentage distribution of students enrolled in postsecondary institutions, by level, disability status, and selected student characteristics: 2015-17 (digest of education statistics, issue). **2018.**

   Disponível em: <https://nces.ed.gov/programs/digest/d20/tables/dt20_311.10.asp> Acesso em: 15 de março de 2024.